

AS RELAÇÕES ENTRE NEOLIBERALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

RELATIONS BETWEEN NEOLIBERALISM AND UNDERDEVELOPMENT IN LATIN AMERICA

José Alex Rego SOARES¹

RESUMO

A América Latina, na década de 1990, abriu mão da discussão de um modelo de desenvolvimento econômico que fosse capaz de interpretar e responder aos seus problemas. O pensamento crítico, que foi o grande dinamizador dessa idéia, caiu em desuso. O caminho apresentado foi o Consenso de Washington, através do qual as teses neoliberais ganharam grande aceitação nas esferas públicas e no próprio seio da sociedade civil. Os dilemas do subdesenvolvimento não foram resolvidos e hoje, mais do que nunca, faz-se necessária uma releitura das nossas condições históricas, sociais e econômicas a fim de se retomar uma análise criativa e independente dos organismos internacionais, análise esta que seja capaz de sinalizar caminhos autônomos para o desenvolvimento da América Latina.

Palavras-chave: América Latina; Desenvolvimento; Subdesenvolvimento; Economia e Sociedade.

ABSTRACT

Latin America in the 90s has renounced the discussion of a model economic development that could be capable of interpreting and answering its problems. Critical thought, the main force behind this idea, has been abandoned. The only path presented was the Washington Consensus, through which neoliberal theses had great acceptance by the public sphere and by civil society. The dilemmas of underdevelopment have not been solved and, nowadays more than ever, it is necessary to review our historical, social and economic conditions in order to bring back the idea of a creative and independent analysis of international regulating bodies, which could signal autonomous paths for Latin America's development.

Key words: Latin America; Development; Underdevelopment; Economics and Society.

⁽¹⁾ Mestre em Economia pela PUC-SP e graduado em Economia pela PUC-Campinas. Atuou como assessor da Diretoria Financeira da Cohab São Paulo (2003-2004) e coordenador de Participação Popular na cidade de São Paulo (2004). Atualmente é docente da Faculdade de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. E-mail: jalex@puc-campinas.edu.br

Introdução

A América Latina é um caso particular de processo de inserção dentro do modo de produção capitalista mundial. Contudo, suas características muito particulares não foram levadas em conta por boa parte de nossa elite na década de 1990, assimilando desta forma o receituário denominado por John Williamson de Consenso de Washington², devidamente vendido como a solução para a inserção das economias periféricas no Primeiro Mundo. Estabeleceram caminhos que eram ou são simples adaptações de modelos pensados nos países centrais como verdadeiras receitas para o sucesso.

A busca para o desenvolvimento latino americano não vai ser consumada por uma lógica de adaptações de modelo, segundo a qual a dependência e o subdesenvolvimento seriam um reflexo dessa adaptação, com isso abrindo mão de um caminho autônomo de construção de nossa própria identidade nacional.

“O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob várias formas e em diferentes estágios. (...) Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer esforço de teorização autônoma. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicar, por analogia à experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento” (FURTADO, 2000:261-262).

Portanto, buscar uma forma autônoma passa por uma leitura de nossas próprias condições sociais, econômicas, históricas e culturais, ou seja, uma leitura própria das particularidades do desenvolvimento capitalista na América Latina sem perder de vista como se deu seu processo de inserção no sistema capitalista mundial de produção de mercadorias.

Nessa perspectiva, o entendimento dessas questões é essencial para encontrarmos respostas satisfatórias a fim de entender o atual estágio de subdesenvolvimento latino americano, como um todo, mas sem perder de vista

as condições particulares de cada país. Entender o subdesenvolvimento³ econômico é entender, antes de mais nada, a estrutura histórica na qual está inserida a América Latina, a fim de buscarmos um caminho latino, caminho esse que seja capaz de dar conta das diferenças e particularidades do país, que não reproduza os padrões de consumo e de acumulação dos países centrais, o que não é uma tarefa apenas para os economistas ou sociólogos independentemente, mas deveria ser um esforço conjunto dessas ciências, em especial a ciência econômica, que precisa mais do que nunca resgatar as suas relações biunívocas com os outros ramos das ciências sociais.

Raúl Prebisch destaca:

“(...) estou tratando de interpretar o desenvolvimento periférico como um complexo fenômeno de caráter dinâmico que abarca elementos técnicos, econômicos, sociais, políticos e culturais. Tudo isso ultrapassa o âmbito da teoria econômica, com que me exponho à indiferença dos economistas e à inconformidade dos sociólogos. Mas é preciso fazê-lo.” (PREBISCH apud SAMPAIO, 1999: 87)

O economista austríaco Joseph A. Schumpeter (1883-1950) corrobora com essa idéia, onde destaca que:

“O processo social, na realidade, é um todo indivisível. [...] Um fato social nunca é puro ou exclusivamente econômico; sempre existem outros aspectos em geral mais importantes” (SCHUMPETER, 1982:09).

Buscar entender a nossa realidade é buscar entender um conjunto de variáveis que são extremamente complexas e, portanto, entender a nossa condição de continente subdesenvolvido é entender não apenas de algumas regras econômicas, pois essas são insuficientes para responder ao difícil caminho da integração latino americana, como também resgatar uma parcela importante do povo latino que sempre esteve à margem do processo de criação de riqueza.

1. A América Latina

O termo América Latina foi primeiramente estabelecido pelo Francês Michel Chevalier (1806-1879),

⁽²⁾ A expressão “Consenso de Washington” foi cunhada pelo economista inglês John Williamson, em uma conferência do Institute for International Economics, em Washington, 1989.

⁽³⁾ Como realça o próprio Celso Furtado: “O subdesenvolvimento é, portanto um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (Furtado, 2000: 253).

em 1839, com a intenção de designar a raça latina e o foco de destacar o que seria comum entre os que falam francês, espanhol, português e italiano, diferenciando-os dos outros grupos sociais, e só posteriormente se consolidou como uma expressão geral territorial.

Com uma população de 549 milhões de habitantes, segundo dados do próprio Banco Mundial (2004), a América Latina corresponde a aproximadamente 12,5% de toda população mundial, com uma superfície de mais de vinte milhões de quilômetros quadrados divididos em trinta e três países. Estende-se da fronteira mexicana com os E.U.A, no seu ponto mais ao Norte, até a Terra do Fogo ao Sul, sendo banhada pelos Oceanos Atlântico na sua costa leste e Pacífico na oeste.

A América Latina tem um PIB total de mais US\$ 2 bilhões de dólares, perfazendo uma renda per capita de US\$ 3.681,9 dólares, que acaba não representando de forma efetiva a riqueza de seus recursos minerais (petróleo, cobre, minério de ferro, madeiras, ouro etc).

Apesar dessa primeira tentativa de buscar uma identidade comum entre os povos de língua “latina”, o termo foi por muito tempo expresso de maneira pejorativa pelos habitantes acima do Rio Grande⁴, porém, graças ao trabalho árduo e pioneiro de muitos homens, sobretudo daqueles que buscaram nas ciências sociais, e em especial na área econômica, explicações bem mais ousadas e criativas foram elaboradas acerca do que venha ser a América Latina.

Dentro dessa busca por desvendar a América Latina no contexto econômico, temos que destacar autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado, José Medina Echavarría, Regino Botti, Jorge Ahumada, Juan Noyola Vasquez, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, entre outros. A expressão “latino americana” deixa de ser mais do que algo exótico ou uma simples definição geográfica para se tornar, em 1948, uma realidade histórica, em contraposição às opiniões dos Estados Unidos. O fato fundador dessa ruptura é a criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), instalada em Santiago do Chile, diferentemente dos demais órgãos pan-americanos sediados em Washington.

A criação da CEPAL busca construir uma interpretação autêntica acerca do desenvolvimento econômico e social latino-americano, uma interpretação teórica que é fruto da própria realidade regional, que por sua vez está inserida dentro do modo de produção capitalista que interage com praticamente todas as regiões do planeta, inaugurando, desta feita, o enfoque histórico – estruturalista⁵. Constrói-se, portanto, um método particular de analisar o desenvolvimento econômico latino americano a partir de um mundo em constante ebulição econômica, cultural e social, mas que tem suas características e sua própria formação autóctone, que não tem nada de exótico ou pejorativo, mas que é, por si só, fruto das condições históricas de cada região, de cada país, de cada povo.

Para se entender o desenvolvimento, ou melhor, o subdesenvolvimento capitalista na região é mais do que necessário entender a própria dinâmica de desenvolvimento econômico da região, sua relação com os grandes centros econômicos mundiais e seus reflexos na economia e política. Ou seja, como a América Latina se coloca dentro da economia mundial, uma economia dependente e inserida no sistema de divisão internacional do trabalho.

A busca dessa interpretação própria, desvinculada das explicações fáceis geradas no mundo exterior foi mais do que um ato de valentia e perseverança intelectual, revelou-se como um rompimento histórico com o senso comum que impregnava a nossa elite latino americana, ou, como escreveu Mariatégui (1894-1930), os “crioulos”⁶. Portanto, construir algo novo que não fosse copiado ou importado diretamente dos centros dinâmicos da economia capitalista, sem nenhuma intermediação muito comum até então para explicar o desenvolvimento latino americano, era condição *sine qua non* para se abrir um ciclo de industrialização e crescimento da América Latina.

De 1948, ano da criação da CEPAL, até o início da década 1970, o pensamento cepalino buscou responder e justificar as ações na América Latina e de uma maneira geral foi bem sucedido, houve um intenso processo de industrialização promovido pelo programa de industrialização por substituição de importações (ISI). A base econômica se transformou, saindo de uma economia primária exportadora para uma economia que se

⁴ Cano (2000) destaca que hoje o que entendemos como México é menos da metade do que possuía em 1836, quando os EUA tomaram o Texas e, em 1847-1848, as áreas que hoje representam os atuais Estados da Califórnia, Nevada, Wyoming, Utah, Colorado, Arizona e Novo México.

⁵ Bielschowsky define desta maneira: “Em outras palavras, o enfoque histórico-estruturalista cepalino abriga um método de produção de conhecimento profundamente atento para o comportamento dos agentes sociais e da trajetória das instituições, que tem maior proximidade a um movimento indutivo do que os abstrato-dedutivos tradicionais” (Bielschowsky, 2000:p 21).

⁶ Brancos filhos de espanhóis nascidos na colônia.

industrializava de forma restringida e, dessa maneira sua base econômica ficou mais complexa.

O esgotamento do modelo keynesiano nos países centrais e a crise da dívida externa, que atingiu os países latino americanos no final dos anos de 1970 e começo de 1980, colocaram por terra o modelo de ISI.

A década de 1980 foi para América Latina um período de incertezas a respeito dos caminhos a serem seguidos, um período de indefinições profundas, até em função dos resultados gerados pela crise, inflação e dívida externa.

2. A América Latina e a década de 90

Os anos 90 chegaram com uma nova abordagem acerca dos problemas que assolaram a América Latina, uma abordagem liberal, ou melhor, neoliberal, quando o vácuo da crise do modelo de ISI foi ocupado pelas teses neoliberais. Nesse momento surgiram as teses do consenso de Washington que orientaram a atuação dos Estados latino-americanos, no sentido de buscar ajustes fiscais e reformas orientadas para o mercado.

A década de 90 é a década do desmonte das políticas de Estado, década dos economistas liberais, de uma ortodoxia pautada na solução que se apresenta via abertura dos mercados, privatizações, redução dos gastos em empregos públicos, uma lógica exclusivista de mercado, varrendo todo o continente latino americano, não sobrando muito espaço para as teses calcadas na análise histórica – estruturalista, ou mesmo de uma interpretação de cunho mais nacional.

Os governantes latino-americanos dos mais diversos perfis (Menem na Argentina, Fujimori no Peru, Aylwin e Frei no Chile, Salinas no México, FHC no Brasil), todos com um único discurso, levar os seus receptivos países para a modernidade que os países capitalistas centrais poderiam oferecer. Como um primeiro objetivo, desarticular o Estado em suas funções de agente anti-cíclico, de dinamizador da economia, ou seja, a análise das necessidades e possibilidades de ação estatal de suprir o hiato “do crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda”⁷⁾, transferindo todas as funções, tudo que possível, para as mãos do mercado. Essa política trouxe uma onda de privatizações e um processo de desregulamentação sem precedentes na história latina americana.

⁷⁾ Bielschowsky (2000:17).

É preciso estudar a economia Latino Americana a fim de se interar do seu comportamento – como ela se adequou nesse período de ajuste liberal nos anos 90 e como essas economias, cada uma com suas particularidades, se comportou frente às crises do final dos anos 90 e começo dos 2000. E quais as alternativas que se buscou para se enfrentar os problemas que não são novos e nem foram equacionados pelas políticas liberais na década de 1990, como o seu subdesenvolvimento, o desemprego estrutural, o atraso tecnológico, a alta taxa de concentração de renda e o analfabetismo.

Parece que mais uma vez as políticas oriundas dos centros hegemônicos não foram capazes de decifrar os problemas que são muito particulares da própria realidade latino americana. Resumir o desenvolvimento como simples expansão das ofertas de mercadorias ou das próprias forças produtivas, esquecendo que este é um processo político de propagação da riqueza socialmente criada, é uma tarefa muito mais complicada do que podemos encontrar no receituário do Consenso de Washington, com suas dez recomendações básicas, a saber:

- a) Disciplina Fiscal: controle rígido dos gastos públicos, a fim de conter a inflação;
- b) Reordenamento do gasto público: corte em subsídios, priorizando políticas de focalização ao invés de políticas universais;
- c) Reforma tributária: buscava desonerar o custo do capital, flexibilizando em especial o mercado de trabalho;
- d) Liberalização das taxas de juros: visa com isso estabelecer dar condições de plena liberdade de flutuação das taxas pelo mercado;
- e) Taxa de câmbio competitiva: Uma forma encontrada para evitar o artificialismo na cotação da moeda;
- f) Abertura da economia: Tinha como foco criar um choque de competitividade nos produtores nacionais, extremamente protegidos por excesso de tarifas e câmbio desajustado;
- g) Liberalização do investimento externo direto: garantir com isso a livre mobilidade de recursos financeiros;
- h) Privatizações: diminuição do peso de Estado na economia, facilitando assim inversões as capitais internacionais em setores até estratégicos;

- i) Desregulamentação: desburocratização para facilidade de ação do capital;
- j) Direitos de propriedades. Garantir ao capital o direito de posse.

Essas recomendações seriam a porta de entrada para um novo mundo, mundo esse que estava ali, que bastasse seguir os passos apresentados, como num livro de receita de culinária, onde teríamos o produto final divino.

Essas teses foram universalizadas no sentido econômico: a partir do centro se estabeleceu uma interpretação analítica de que as reformas liberais eram as necessárias para se superar o etapismo do subdesenvolvimento, ou seja, através das reformas gerais o subdesenvolvimento se constituiria como uma etapa do processo de formação do capitalismo.

O conceito de desenvolvimento econômico nos anos 90 foi rebaixado pelos tecnocratas do Consenso de Washington a mero ajuste das relações de mercado, onde tudo se resolveria através da providencial mão invisível.

Baran destaca bem:

“ [...] o desenvolvimento econômico sempre significou uma profunda transformação da estrutura econômica, social e política, da organização dominante da produção e, da distribuição e do consumo. O desenvolvimento econômico sempre foi impulsionado por classes e grupos interessados em uma nova ordem econômica e social, sempre encontrou a oposição e a obstrução dos interessados na preservação do status quo, dos que usufruem benefícios e hábitos de pensamento do complexo social existente, das instituições e costumes predominantes. O desenvolvimento econômico sempre foi marcado por choques mais ou menos violentos; efetuou-se por ondas, sofreu retrocessos e ganhou terreno novo – nunca foi um processo suave e harmonioso se desdobrando, placidamente, ao longo do tempo e do espaço” (BARAN, 1985: 37).

Ou seja, as políticas neoliberais foram anti-desenvolvimentistas para a América Latina, já que sinalizavam que não estavam interessadas em mexer de fato no núcleo central do problema latino americano, que é basicamente o binômio produção – distribuição de riqueza.

As políticas neoliberais fogem do diagnóstico central do desenvolvimento, ou seja, entender o desenvolvimento econômico é entender a estrutura histórica na qual está inserida o objeto de estudo – a sociedade latino americana. Isso não quer dizer que essa análise se encaixe no princípio “positivo” da ciência econômica ou meramente historicista, já que o entendimento da estrutura histórica precisa estar respaldado por princípios normativos, ou seja, por uma teoria econômica que seja capaz de elucidar os acontecimentos que são responsáveis pelo nosso subdesenvolvimento, entender sua condição histórica, portanto algo não etapista ou simplista como as “receitas” do Consenso que não conseguem enxergar as diferenças do continente latino americano.

As políticas neoliberais nos anos 90 mostraram um caminho inverso do que foi trilhado no pós-guerra, com a formação de um pensamento autônomo e crítico, via CEPAL, frente aos conselhos dos países centrais. A América Latina se viu presa a um modelo político e ideológico que sedimentou um padrão de organização das forças produtivas locais extremamente nefasto, isto é, não foi permitido mais caminhar por caminhos próprios, num contexto em que tudo aquilo que buscamos adquirir de experiência dentro do modelo de Industrialização por Substituição de Importação foi demonizado⁸, pior que isso, o pensamento crítico fica totalmente fragilizado frente às explicações apresentadas pelos manuais de macroeconomia, rebaixando assim os limites materiais da economia latino-americana a justas das taxas de juros ou do câmbio. As necessidades de mudanças estruturais que deveriam nortear as políticas econômicas, se resumem à política dos ajustes de mercados (câmbio, trabalho, etc), enfraquecendo qualquer tentativa de se superar os dilemas do subdesenvolvimento, desigualdade do progresso técnico entre centro e periferia, concentração de renda e heterogeneidade estrutural.

A crítica ao modelo neoliberal deve ser apresentada de modo a reverter acumulação em serviço da sociedade, e não a sociedade à serviço da acumulação de capital.

A herança apresentada foi um caminho inverso, o da especialização nas áreas do agronegócio, fornecedores de matérias-primas e alguns produtos industrializados que têm alto custo de fabricação nos países centrais – agora

⁽⁸⁾ É certo que não podemos nos afastar da crítica do processo de substituição por importação como algo que se resume num fim em si próprio, ou ainda de que o modelo ISI era sinônimo de “desenvolvimento recuperador”, dadas as possibilidades de inserção no capitalismo global. A crítica ao modelo ISI é justamente a crítica feita a partir da ótica do caráter do subdesenvolvimento como condição *sui generis*, ou seja, a condição que o capitalismo assume na periferia da economia mundial.

não apenas para os chamados países desenvolvidos ou G8, mas também para um nova geração de países que busca seu espaço no mundo globalizado (China, Índia, Rússia), os BRICs, esse conjunto de novos países que se lançam no caminho da disputa da hegemonia como os velhos países imperialistas⁹.

Os anos 90 ficaram marcados na história pelo abandono definitivo em relação a um projeto nacional para o conjunto da América Latina, respeitando suas heranças e costumes sem renegar o passado, ou seja, de um projeto de desenvolvimento que seja “*capaz de promover a integração regional, como forma de organização do espaço econômico*” (FURTADO, 1986:316), de alicerçar uma base material, ecológica e cultural própria sem nenhum precedente com o atual modelo dos países centrais ou mesmo ainda de países como China.

3. A América Latina no século XXI e a necessidade de reencontrar uma análise própria de sua situação dentro capitalismo mundial

Volto a chamar atenção para o fato de que o modelo ISI¹⁰ não era, por si próprio, o caminho mais correto ou da superação dos nossos dilemas históricos como países em eterno desenvolvimento, sendo, portanto, parte de um processo das próprias condições objetivas criadas nos países centrais e aprofundadas posteriormente.

O aprofundamento das teses neoliberais e o respaldo que estas tiveram no seio da sociedade levaram a outras questões-chaves para interpretações das condições sociais e, portanto, atribuíram ao mercado o papel de mediador de problemas, os quais, porém, têm caráter estrutural e não apenas de oferta e demanda.

O excedente de mão-de-obra torna-se um problema extra – econômico desvinculado dos determinantes do desenvolvimento econômico. A pobreza é apresentada mais como uma questão de oportunidades do que resultado de conflitos distributivos.

Logo, os fatos sociais são concebidos como anomalias extra econômicas capazes de serem resolvidas com bom desempenho dos índices de crescimento do PIB, mas não aumentam adequadamente a qualidade de vida da maioria dos cidadãos.

Contudo, nesse momento, a dependência da América Latina muda de caráter dentro desse cenário cada vez maior de integração das economias mundiais. Não é mais apenas uma dependência econômica ou de um aprofundamento da divisão internacional do trabalho, ou ainda de uma relação clássica centro/periferia.

A periferia não é mais apenas espacial, mas é determinada por uma série de condições que envolvem as mais diversas situações. Todo o processo de integração é muito mais sofisticado e ao mesmo tempo traz uma série de novas condições bem como de novos questionamentos: qual é o modelo que se coloca para o continente e qual o mecanismo de respostas frente às possíveis crises que podem surgir no horizonte?

Nenhuma resposta para essas questões, praticamente, pode ser encontrada isoladamente dentro dos Estados latino americanos, já que não é apenas uma questão de adaptação, de abrir mão de um núcleo endógeno de crescimento, o que já foi retratado no passado. Partimos do pressuposto de que hoje temos uma nova forma de organização que foge por completo às diretrizes econômicas, políticas e sociais, uma vez que praticamente tudo passa a ser discutido em vários outros espaços que transcendem os limites nacionais.

Esse paradoxo está colocado mais do que nunca hoje: os problemas característicos do subdesenvolvimento devem ser entendidos e resolvidos a partir de um olhar local, de interpretações de cunho regional, mas sem perder de vista as relações mais amplas colocadas pelo processo de integração internacional praticado pelo capitalismo do século XXI, num contexto econômico e político que transcende os limites nacionais.

Faz-se urgente então buscar entender qual será o caminho a ser percorrido pela América Latina, se esta será capaz de responder de maneira criativa e independente.

Entender o período recente do desenvolvimento econômico da América Latina, ou seja, seu papel dentro de uma possível nova divisão internacional do trabalho é buscar compreender o padrão de inserção das economias latino americanas nesse contexto internacional, as economias periféricas dentro do próprio padrão de desenvolvimento capitalista atual e como se estabelece o mecanismo de acumulação capitalista nas economias latino americanas, em especial nesses últimos vinte anos.

⁽⁹⁾ O Brasil é o B dos BRICs, porém sua condição de consolidar entre os grandes num futuro próximo parece cada vez mais distante.

⁽¹⁰⁾ A bibliografia que faz essa análise é por demais extensa e já deu conta dessa crítica. Para maiores detalhes, ver TAVARES (2000) e PINTO (2000).

Não podemos ficar apenas na denúncia *strictu sensu* contra as políticas neoliberais, como já foi dito logo acima: houve mudanças profundas nas estruturas econômicas e sociais da América-Latina e sem termos um diagnóstico preciso dessas mudanças no seio da sociedade, não temos como trilhar um caminho próprio. Aníbal Pinto aponta para uma direção de análise ao se estabelecer um diagnóstico. Portanto,

“el diagnóstico-identificación [...], como se sabe, tiene por objeto la ‘identificación’ y comprensión de los ‘modelos’ de la economía o sociedad latinoamericana, actual o de otras etapas significativas. Persigue descubrir y revelar sus características básicas, sus relaciones internas y externas de orden estructural también su forma y mecanismo de ‘funcionamiento’” (PINTO, 1971: 10).

Seria um exercício importante para tentar entender os limites do desenvolvimento capitalista na região, depois da onda neoliberal dos anos 90, resgatando um método de análise mais em sintonia com a nossa realidade, capaz de

“evidenciar el origen de los problemas o males que se delatan y, por necesaria derivación, apuntar hacia la forma, medios o alternativas para hacerles frente y resolverlos. A las políticas de desarrollo compete definir esos caminos. Y a la política, así a secas, resolver cuáles son eficaces y viables.

Naturalmente, la secuencia y los resultados de este proceso dependerán tanto de la certeza de la identificación y de la elección de medios y fines como de circunstancias ‘dadas’ y coyunturales, internas y externas, que estarán em grados muy variables bajo e control de los promotores de la acción - sin olvidar, por cierto, la eventual influencia de los mismos sobre las circunstancias existentes o que van creando” (PINTO, 1971: 10, 11)

O continente latino americano é uma peça importante dentro do cenário econômico mundial, apesar de muitas vezes sermos levados por um sentimento de pouca valia. Entender a inserção no atual estágio de divisão internacional do trabalho e seu comportamento nesse começo de século XXI é buscar, sim, como já foi feito por outros estudiosos, trilhar um caminho próprio para América Latina, olhar o continente com os olhos de quem é próprio dele, buscar uma identidade e um modelo que sejam

capazes de explicar sua própria realidade de dentro para fora, de dar explicações criativas para a sua inserção dentro da divisão internacional do trabalho e de oferecer respostas ao imenso abismo econômico e social que caracteriza nosso continente. Essas são tarefas para o próximo período daqueles que entendem que as políticas neoliberais são um atraso para continente.

Referências Bibliográficas

- BANCO MUNDIAL. *En el umbral del siglo XXI. Informe sobre el desarrollo mundial*. Washington, DC, 2004.
- BARAN, P. A. *A economia política do desenvolvimento*. Tradução de S. F. Cunha. São Paulo: Nova Cultura, 1986 (Os Economistas).
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. BIELSCHOWSKY, R. (org.) *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CADERNOS ADENUER, v. IV; n. 2: Reformas das Políticas Econômicas: experiências e alternativas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho 2003.
- CANO, W. *Soberania Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- FURTADO, C. *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*. 9a. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- _____. *A Economia Latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 3a.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. In: Bielschowsky, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Pensamento crítico, v.4. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- PINTO, A. *Tres ensayos sobre Chile y américa latina*. Buenos Aires: Ediciones Solar para Edición Castellana, 1971.
- _____. *Distribuição de Renda na América Latina e Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PINTO, A. *Natureza e Implicações da "Heterogeneidade Estrutural" da América Latina*. BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Volume II, Rio de Janeiro: Record, 2000.

PREBISCH, R. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: Bielschowsky, R. (org.). *Cin-quenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAMPAIO JR; P. A. *Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução de M. S. Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: Bielschowsky, R. (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.

WILLIAMSON, J. What sold the World Bank about the Washington Consensus. *World Bank Research Observer*, Washington DC, v. 15, 251-64, aug. 2000.